

# Qualidade de vida

Os dados do Censo de 1991 relativos ao Distrito Federal, divulgados pelo Jornal de Brasília em sua edição de ontem, apontam uma realidade extraordinariamente favorável. Como indicava o título da reportagem, a população do DF desfruta de uma qualidade de vida que é a melhor do Brasil, superior inclusive à de São Paulo. Com uma urbanização muito alta (94,68%), 80,23% de seus domicílios dotados de saneamento básico e 94,6% de coleta de lixo e com uma taxa de analfabetismo de 8,61% (a menor do País), Brasília e suas satélites apresentam um quadro que é motivo de justo orgulho para brasilienses e candangos.

O cenário favorável não deve, entretanto, fazer com que se fechem os olhos a alguns problemas. Aliás, a própria divulgação dos números foi acompanhada de farpas entre governistas e opositores, duelo que deverá prosseguir nos próximos dias com candidatos de todas as tendências invocando os dados do Censo em respaldo às suas teses. É natural — e inevitável — que isso ocorra. O importante, porém, é que os números não sirvam apenas para isso, mas contribuam para orientar as ações governamentais a fim de que a qualidade de vida constatada em 91 siga evoluindo favoravelmente.

Não é o caso de se retomar uma velha polêmica sobre a política do GDF em relação à população sem-teto através da distribuição de lotes. Mais que ociosa, a discussão é equivocada. O fato é que a população do DF continua crescendo em ritmo superior à média nacional e que a demanda por moradias, especialmente para a população de baixa renda, seguirá elevada e gerando uma pressão por serviços públicos como saneamento, educação, saúde etc.

De certa forma, os números do Censo, além de motivo de orgulho, servem como sinal de alerta. Em várias satélites e núcleos habitacionais do DF e região do Entorno, a qualidade de vida está longe do nível de Brasília e de outras áreas mais bem dotadas de equipamentos urbanos. Em várias locali-

dades a situação inclusive se agravou. Além de exigirem — e a população tem direito a isso — a ampliação dos serviços públicos num momento em que os recursos do GDF se tornam mais escassos que no passado, os habitantes da periferia da capital precisam ter acesso a oportunidades de emprego sem as quais qualquer melhoria é paliativa e transitória.

A questão do emprego no Distrito Federal é extremamente importante e por isso o Jornal de Brasília tem se ocupado do tema com alguma frequência. O desemprego no DF é maior que a média nacional e que o das principais regiões metropolitanas — um problema que, se não for enfrentado através de uma política bem concebida, inevitavelmente levará à deterioração da qualidade de vida constatada em 1991.

A dificuldade do caso é agravada pelo fato de que, como se sabe, a principal fonte de postos de trabalho na região — a administração pública — esgotou sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Como se isso não bastasse, a notória perda do poder aquisitivo dos servidores públicos inibe o crescimento das atividades estruturadas em torno do abastecimento e prestação de serviços à população, restringindo ainda mais a oferta de empregos.

A situação do funcionalismo — civil e militar, diga-se de passagem — vem se deteriorando há algum tempo. Para a expressiva parcela da população do DF que se encontra nessa categoria, em especial os funcionários do Executivo, a qualidade de vida já é substancialmente pior que a de 91, embora não possa ser constatada de forma cabal. O importante é que a realidade existe e o Censo que acaba de ser divulgado proporciona elementos importantes para que o poder público incida sobre ela. Não há como fugir à responsabilidade. Ninguém tem o direito de contribuir, ainda que por omissão ou incompetência, para que a qualidade de vida, ao invés de melhorar, piore, no DF ou em qualquer parte do País.